

REPRESENTAÇÕES LINGUÍSTICAS NO PROJETO A *INSTITUIÇÃO DA DATA DO 12 DE OUTUBRO: UM DISPOSITIVO DE COMEMORAÇÃO*

Beatriz Adriana Komavli de Sánchez
Doutorado/UFF
Orientadora: Del Carmen Daher

Neste trabalho pretendemos apresentar o atual estado da arte de nosso projeto de doutorado “A instituição da data do 12 de outubro: um dispositivo de comemoração”. Relembramos o objetivo da pesquisa: analisar as coerções semânticas que possibilitaram o surgimento de diversas materialidades semióticas concretizadas na data comemorativa do 12 de outubro no mundo hispânico, bem como a reconfiguração da noção de hispanidade que as permeia.

Inicialmente o projeto de pesquisa tinha exclusivamente como foco de estudo os discursos comemorativos do 12 de outubro de 1492, data significativa para qualquer hispano, presente na memória coletiva, objeto de polêmica, discussões e resignificações ao longo do tempo pois a partir de ‘aquele dia’ inicia-se a conquista e a posterior colonização da América Espanhola. Como pesquisadora e professora de Espanhol como língua estrangeira, minha reflexão foi motivada por perguntas a respeito da data feitas por alunos de um curso particular de idiomas. Nesse curso comemora-se o Dia da Hispanidade com exposição e apresentação de produtos culturais típicos de países americanos de língua espanhola. Apesar de tanta harmonia e clima festivo de troca alguns alunos manifestaram uma certa estranheza perante a festividade, uma vez que, fazendo um paralelismo, nada semelhante acontece no Brasil nem em Portugal. Foi justamente essa estranheza a mola motivadora da investigação que possibilitou toda uma série de questionamentos.

A observação me remeteu à infância, ao calendário escolar e aos livros didáticos da Argentina nos quais a data era designada *Día de la Raza*, tendo posteriormente

passado a ser conhecida como *Día de la Hispanidad* e atualmente ser comemorada como o *Día del respeto a la diversidad cultural*. Na Venezuela, a partir da organização política das comunidades indígenas da América Latina, a data é denominada *Día de la Resistencia Indígena*. Por si só essa mudança na designação de uma data que consta no calendário das nações americanas e na Espanha merece a atenção de um analista do discurso. Era justamente o embate de posições e visões que estariam materializadas nos discursos comemorativos o que nos interessava no estudo. Começamos apontando que diversas práticas comemorativas pelo 12 de outubro vigoraram com força durante a primeira metade do século XX e resgatavam valores, autores, personagens permeados de um valor e um espírito que foram reatualizados como resposta à conjuntura histórica e política de aquele momento. No início, a data era conhecida como o *Dia da Raça* e foi proposta proposta por Faustino Rodríguez-San Pedro, em 1913, quando presidia a organização da *União Ibero-Americana*.

Lembremos um pouco o panorama mundial durante essa primeira metade do século XX: ocorrem duas guerras mundiais, surge o fascismo, cresce o expansionismo dos Estados Unidos, e o nazismo e o comunismo se configuram em sistemas políticos.

Na Espanha, em 1918, a data ganha estatuto de festa nacional e o modelo se espalha e é assim assumido por várias nações americanas, obtendo reconhecimento legal na península ibérica bem depois, só em 09 de janeiro de 1958. Por decreto a festa nacional é batizada *Dia da Hispanidade*. Pouco mais de vinte anos depois, pelo Real Decreto 3217/1981 muda-se o nome para *Festa Nacional da Espanha e Dia da Hispanidade*. Logo, desde 1987 e atendendo à lei 18 (BOE 241/1987), a data é chamada *Dia da Festa Nacional da Espanha* na qual é lembrada a história coletiva da Espanha e não só a ‘descoberta’ da América. É fundamental observar a feliz coincidência da escolha da data pois também em 12 de outubro, na Espanha, é celebrada a padroeira nacional, a Virgen del Pilar e durante toda a semana acontecem festividades na sua homenagem.

Na América a proposta de instituir a data do 12 de outubro como *Dia da Raça* foi acolhida rapidamente por muitos governos. Posteriormente, como acima foi apontado, a comemoração da data passou a ser conhecida como *Dia da Hispanidade* e, a partir da organização política das comunidades indígenas da América Latina, é chamada *Dia da Resistência Indígena* na Venezuela, por decreto nº 2028 do presidente Hugo Chávez Frias desde o 10 de outubro de 2002. Nestes últimos tempos, essa designação

tem se disseminado por vários países da América Hispana. Isto é, no calendário oficial a data ainda é comemorativa, mas o que é lembrado parece ter mudado. Assim também, por exemplo, por decreto 1584/2010 sobre feriados nacionais e dias não laboráveis da atual presidente argentina, Cristina Kirchner, a data foi redesignada como *Dia do Respeito à Diversidade Cultural*.

Nosso complexo objeto de estudo dialoga com a história, a sociologia e o recente campo das políticas linguísticas. A perspectiva teórica que norteia nossa visão é a Análise do Discurso que considera estudos enunciativos MAINGUENEAU (2008, 2012) e FOUCAULT ([1969] 2007 e [1973] 2008). Ao longo da pesquisa resolvemos não mais limitarmos aos discursos oficiais e colhemos variadas materialidades semióticas.

Contribuições e mudanças

Especificamente exporemos as contribuições resultantes do exame de qualificação, realizado em janeiro de 2014, e do curso ‘Representações linguísticas e dinâmicas normativas’ feito ao longo do primeiro semestre desse mesmo ano, bem como das leituras e discussões realizadas no Seminário coletivo, promovido pela professora Dra. Del Carmen Daher com seus orientandos, em curso no atual semestre.

Fruto desse Seminário coletivo foi a decisão de assumir a noção de recorte ao invés de *corpus*, acorde com o conceito de arquivo, é mais pertinente uma vez que: “o *dado* é uma construção (im)posta pelo olhar teórico do pesquisador. Por conseguinte, não há *dado a priori* e, portanto, natural, já que a construção de um *corpus* está para a relação do pesquisador com a teoria que assume”. (AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E., 2011: 122)

Empreendemos nossa pesquisa já tendo certo conhecimento prévio sobre a data comemorativa. Desde o início nossa visão interpretativa das diversas materialidades foi a da Análise do Discurso que considera estudos enunciativos. Nesse sentido fica explícito que:

Há uma relação de interdependência entre *corpus*, teoria e análise. Da “eleição” do *corpus* depende o teor da análise e o valor do *corpus*, da análise. Com efeito, não há como neutralizar a subjetividade que se manifesta na construção de um *corpus*. Na construção de *corpus*, a implicação da interpretação do pesquisador se reflete nos recortes

estabelecidos; ao mesmo tempo em que instaura uma outra enunciação (uma enunciação sobre a enunciação da qual o *corpus* é construído), porque o lugar de enunciação torna-se outro, inclusive o ponto de vista é outro. (AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E., 2011: 124)

Perante a impossibilidade da abranger a utópica totalidade das materialidades existentes latentes, o que foi silenciado, dito e feito em torno da data comemorativa, nossa posição será a de dar destaque à reverberação de um ideário em diversos âmbitos sociais de algumas nações americanas.

Duas foram as contribuições importantes do exame de qualificação. Uma delas foi não mais considerar o arranjo das diversas materialidades semióticas coletadas em função de um critério geopolítico que contemplaria os antigos vice-reinos na América. Nos questionamos por quê reproduzir esse entendimento se, por outro lado, afirmamos mais adiante que a invenção desta data comemorativa faz parte constitutiva da ideia subjetiva de ‘transnação’. Mantemos sim o eixo norteador de considerar os diversos âmbitos ou domínios sociais pelos quais circulavam e/ou se realizavam as diferentes práticas ou produções.

A outra decisão importante foi abandonar a tentativa de recorrer ao marco teórico da semiótica como auxílio interpretativo de algumas das materialidades coletadas. Enxergar a função enunciativa que as atravessa ao estilo Foucault mostra-se mais coerente com nosso marco teórico e, ao mesmo tempo, se apresenta como um desafio à criatividade do pesquisador.

Ao longo de nossa pesquisa em andamento, na medida em que começamos a articular conceitos, a importância do estudo também foi se perfilando e ganhando destaque. Esse destaque, em grande medida, foi possibilitado pela disciplina ‘Políticas linguísticas’ e a bibliografia recomendada. A seguir, apresentamos os motivos que justificam empreender o estudo da instituição da data do 12 de outubro e que foram recentemente apresentados no VIII Congresso da ABH (Associação Brasileira de Hispanistas):

- (1) A proliferação de muitas e diversas materialidades semióticas e práticas sociais atreladas à data, que teve uma breve duração histórica e que pretendiam criar uma comunidade hispanofônica, especialmente ao longo da primeira metade do século XX;
- (2) essa parafernália de produções e rituais sociais que surgem de maneira efervescente é uma evidência da transformação/expansão do nacionalismo linguístico espanhol;

-
- (3) essa ‘engenharia social’ deliberada que ecoou em diversos âmbitos sociais de muitas nações, indica uma resignificação das relações com o passado que legitimam a instituição da data;
 - (4) a invenção desta data comemorativa faz parte constitutiva da ideia subjetiva de ‘transnação’;
 - (5) nas últimas décadas as designações da data têm mudado (Día de la Raza, Día de la Hispanidad por Día de la Resistencia Indígena –Venezuela-, Día del Respeto a la Diversidad Cultural –Argentina-), índice que aponta para uma mudança na memória discursiva, o que merece ser lembrado, ‘celebrado’, e como, também tem se modificado. Surge um interrogante: qual é a índole dessa mudança, e qual sua abrangência, será total, parcial?

O elemento indígena que estava bem diluído nessa raça mestiça, cósmica, surge nos movimentos indigenistas e pugna pelo seu reconhecimento e respeito. Em pouco menos de um século, o que estava quase silenciado, na conjuntura atual pressiona por ser lembrado. É por isso que também resolvemos designar um de nossos capítulos da tese ‘Entre a tradição e o esquecimento’, que, dito seja de passo, é também desse modo que Foucault define o arquivo ([1969] 2007: 150). Essa foi outra decisão gerada no espaço do Seminário coletivo. O regime de enunciabilidade, aquilo que pode ou não ser dito e como, num determinado momento histórico, tem mudado. Pensemos na impossibilidade histórica de designar a Espanha como ‘mãe pátria’ em 1810, ano em que se inicia a luta pela independência da coroa espanhola e a constituição das nações americanas, seguindo o traçado das regiões administrativas, segundo aponta Anderson.

As cinco afirmativas acima apontadas podem ser consideradas também como hipóteses que servem de passo intermediário de nossa pesquisa, produto de leituras e levantamento de materialidades. Indicam também um posicionamento e uma forma de ler a história. No decorrer da pesquisa em andamento fomos redimensionando a complexidade de nosso objeto de estudo na medida em que dialoga com a histórica, a sociologia e o recente campo das políticas linguísticas. Basta observar o sublinhado feito de algumas designações atreladas a noções e conceitos: hispanofonia, representações linguísticas, comunidade, nação, transnação, tradição (como invenção) e memória discursiva.

Em toda comunidade há celebrações, algumas de caráter mais privado e outras de caráter público¹, datas para lembrar, algumas mais informais, outras mais solenes, muito organizadas e ritualizadas, de caráter religioso, outras exaltam heróis do passado. Seja como for, todas elas têm como função a coerção desse grupo social em torno de uma ideia. Nos perguntamos pelo caráter particular e a finalidade da instituição da data do 12 de outubro. Segundo Quesada (1918), a comemoração desse dia no calendário oficial de algumas nações americanas e na Espanha tem data de instituição e respondeu a interesses econômicos e políticos, ergueu-se uma espécie de parapeito perante os poderes hegemônicos da época. Talvez recorrer à noção de tradição como invenção possa esclarecer o panorama. Produto da leitura de Hobsbawm (1983) são os pontos (3), (4) e parcialmente o (2) da nossa listagem na introdução, o que contribui para dar mais relevância a nosso estudo. Diz o autor:

A “tradição inventada” envolve um *grupo de práticas*, normalmente governadas por regras aceitas abertamente ou tacitamente e *de natureza simbólica* ou ritual, que buscam inculcar determinados *valores ou normas de comportamento* por meio de sua repetição, o que implica automaticamente continuidade com o passado. De fato, na medida do possível, normalmente tentam conectar-se com um passado histórico que lhes seja adequado....Porém, na medida em que existe *referência a um passado* histórico, a peculiaridade das “tradições inventadas” é que sua continuidade com ele é *em grande parte fictícia*. Em resumo, há respostas a novas situações que adotam a forma de referência a velhas situações ou que impõem seu próprio passado por meio de uma repetição quase obrigatória. É o contraste entre a mudança constante e a inovação do mundo moderno e a tentativa de estruturar como mínimo algumas partes da vida social de este como invariáveis e inalteráveis, o que faz que “a invenção da tradição” seja tão interessante para os historiadores dos dois séculos passados. (HOBSBAWM, 1983: 8) (Tradução e grifos nossos).

Um rasgo diferencial no caso da data do 12 de outubro é que também foram inventados símbolos de pertença, nas palavras de Hobsbawm (1983), tais como uma bandeira e hinos, próprios, típicos de uma nação ou agrupamentos. Esse entendimento dos emblemas condiz com a visão andersoniana no sentido de que “esses símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados ‘naturais e essenciais’; pouco passíveis de dúvida e questionamento”’. (ANDERSON, 2011: 16)

O que esses símbolos, discursos oficiais, notícias, livros didáticos, enfim, o que essas práticas discursivas promovem no nível imaginário e simbólico é muito intenso, com consequências no agir e nas falas dos sujeitos.

Se bem em Análise do discurso é utilizado o conceito de imagem discursiva, trazemos o de representação linguística, abordado na disciplina Representações linguísticas e políticas normativas, por considera-lo emparentado. Sobre o que se entende por representação linguística e a afetação mútua entre práticas e representações linguísticas, recorremos a CALVET quem, na língua minoritária galega, afirma:

(a respeito das representações) aquilo que os falantes din e pensan das línguas que falan (ou da forma en que as falan) e das que falan os outros (ou da forma en que as falan os outros). Esta definición voluntariamente pesada remite, xa que logo, a todas as representacións do obxecto descrito polo linguista que cómpre integrar á descrición deste obxecto, destas prácticas, porque forman parte delas á vez que, como veremos, actúan sobre a súa evolución. (2004: 150).

Tínhamos caracterizado a instituição da data do 12 de outubro como um dispositivo, segundo a concepção foucaultiana, “como a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e não dito”. (CASTRO, 2009: 124). Essa rede tem uma função estratégica, uma vez que responde a uma urgência social, uma conjuntura histórica. Surge então o seguinte questionamento: o trabalho seletivo da memória configurado na instituição dessa data é da ordem da comemoração ou da rememoração? Sobre este ponto, apresentamos uma série de fragmentos um pouco extensos, porém esclarecedores de Silva (2002):

A propósito, Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre “rememoração” (parte de um processo de elaboração individual) e comemoração (trabalho de construção de uma memória coletiva). A mediação entre a memória individual e coletiva passaria, então, segundo esse filósofo, pelo viés de uma identidade narrativa, inscrita no tempo e na ação /.../ Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, lembra Ricoeur, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações. /.../ Na opinião de Paul Ricoeur, essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do

esquecimento, se opera através do caráter seletivo da própria memória. “É, então, pela seleção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória”. /.../ A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos “500 anos do Brasil”, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (o “paraíso tropical” e o “país do futuro”). Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. /.../ Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal. /.../ as comemorações nacionais têm por objetivo cristalizar as memórias coletivas, /.../ As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica (SILVA, 2002: 428-436)

Voltamos assim a reformular nosso título provisório: *A INSTITUIÇÃO DA DATA DO 12 DE OUTUBRO: UM DISPOSITIVO DE COMEMORAÇÃO*, uma vez que o termo ‘comemoração’ enfatiza o trabalho seletivo da memória coletiva. Pois bem, essa memória requer a promoção de um ideário em consonância com determinadas práticas, gêneros. Não é para qualquer data que um governo promove paradas de carruagens alegóricos e desfiles que hoje fazem lembrar uma arrumação militar (Discurso de 12.10.1953 do general Juan Domingo Perón e notícias dos desfiles de *La Nación* - 12.10.1931 e 13.10.1941). No duplo movimento ineludível de ‘lembrar’ e ‘esquecer’ evocamos que o ideário imperialista espanhol apaga a lembrança da colonização e no seu lugar há uma ‘Política de missão’, tal como foi analisado no discurso de 12 de outubro de 1968², pronunciamento efetuado por um mandatário espanhol por ocasião da independência da Guiné Equatorial, a prole africana da grande família hispana. É importante salientar que, se bem nestas últimas décadas os agentes econômicos

espanhóis tem explorado mais a rentabilidade da língua, ainda ecoava essa visão missionária da colonização na boca do diretor da RAE, em 1991, Manuel Alvar³.

A seguir, apresentamos brevemente algumas análises de nosso recorte a modo de exemplo.

A (re) criação de um novo objeto-de-discurso

Também lembramos de uma outra descontinuidade a respeito da noção de ‘raça’, muito utilizada ao longo da primeira metade do século passado, inicialmente mais ligada às características físicas de um povo. Surge a ‘raça’ como cósmica, em 1925, com José Vasconcelos, raça cósmica no sentido de mestiça, os índios e os negros estavam contemplados, porém diluídos nessa noção, como já foi apontado. Um deslocamento metafórico condensa nela a ideia mesma de língua e ‘cultura’ espanhola. Há uma (im)posição de esclarecer o sentido de uma palavra. Apresentamos as designações da noção de raça que se encontram no discurso do 12 de outubro de 1947 – Homenagem a Cervantes, pronunciado pelo ex-presidente argentino o General Juan Domingo Perón:

A RAÇA: algo puramente espiritual; uma adição de imponderáveis; nossa origem e nosso destino; nosso selo pessoal indefinível; um estilo de vida; esta filiação. (Tradução nossa).

Apontamos a personificação dessa ideia de raça na figura criada pelo General Juan Domingo Perón, nesse mesmo discurso oficial, referimo-nos à curiosa designação ‘quixotes de nossas pampas’, que condensa a figura do quixote e a do gaúcho, imagem que aglutina rasgos partilhados e valorizados: ‘o risco pelo bem’, ‘a ventura de todo afã justiceiro’ e ‘o sabor de “arriscar a vida por inteiro”’. Nessa materialidade o elemento indígena dessa raça é apagado.

O surgimento de novas cenas de enunciação

A cenografia discursiva presente no artigo do sociólogo Quesada (1918) ‘El día de la raza y su significado en hispano-América’, é a de um palco internacional de tensões, interesses econômicos em pugna entre potências, no qual há uma caça

predatória, diluída, atenuada, por uma imagem de sedução. Observemos este interessante fragmento:

A cobiçada presa (hispano-américa), “a menina bonita” do próximo quarto de século no cenário internacional: amiga de olhar e de ser vista, no lhe pesará de ser servida, mas, quando chegue seu momento de olhar para algum moço galante (o prosaico tio Sam, o gordo John Bull, o duro Michel ou o simpático Quixote?), ha de saber se mostrar arisca e tomara não outorgue mais favor que dar a mão... (16) (Tradução nossa)

Como os diversos planos de análises sempre estão entrelaçados, aproveitamos para apontar sobre o estilo, a presença de rasgos literários: a grande quantidade de analogias, a anteposição dos adjetivos e o uso do recurso da personificação. No caso, o objeto da disputa é a menina bonita que terá que fazer uma escolha. Não é por acaso que o único adjetivo elogioso utilizado tenha sido associado à figura emblemática do Quixote. O coenunciador que se identificasse com as personificações de Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha respectivamente, correria o risco de ser apelidado por seus conterrâneos de traidor. A opção está bem indicada pelo catedrático de prestígio.

Em outros discursos oficiais analisados institúe-se uma cenografia que assim poderia ser descrita: a mãe Espanha cumpriu com sua missão divina (colonização) e possibilitou o nascimento dessa raça. Desde finais do século XIX em que a mãe, bondosa civilizadora, começa a perder poder econômico e prestígio internacional e sente-se ameaçada por outras potencias, agora suas filhas, unidas pela língua, a religião e a cultura têm que se unirem para defende-la e exaltá-la. A dívida que está em jogo nessa formação é da ordem simbólica. O que se traz para enunciar é a unidade linguística, valores que são estimados como compartilhados e a mestiçagem das raças, em contrapartida se silencia, se dilui, o elemento indígena, outras línguas que não a castelhana.

Esse regime de enunciabilidade, atrelado a coerções históricas, teria sido inviável a início do século XIX, época em que as nações hispano-americanas lutaram pela sua independência da coroa espanhola.

Breve consideração final

Estimamos como muito profícuas as contribuições apontadas no exame de qualificação, as reflexões propiciadas pela disciplina ‘Representações linguísticas e dinâmicas normativas’, bem como as discussões levantadas no Seminário coletivo. Esses três espaços de intercâmbio possibilitaram retificar encaminhamentos, assim como ter uma visão mais clara de nosso compromisso com nosso objeto de estudo. Falar das contribuições e das mudanças de nosso projeto também foi o aspecto mais ressaltado pela debatedora externa da sessão coordenada. Resta-nos articular conceitos, entre eles o de memória discursiva, além de analisar várias materialidades semióticas que ainda se apresentam como um desafio.

Referências

AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. A constituição de corpora em linguística da enunciação. In SILVEIRA, E.M. (Org.) *Nas bordas da linguagem*. Uberlândia: EDUFU: 121-133, 2011.

ANDERSON, Benedict: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2da reimpressão, 2011.

CALVET, Louis-Jean. Por uma ecoloxía das linguas do mundo, capítulo 4. *As representacións lingüísticas e o cambio*. Galicia: Ed. Laiovento, pp. 149-188, 2004.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault –Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica editores, 2009.

FERNÁNDEZ, Mauro. De la lengua del mestizaje al mestizaje de la lengua: reflexiones sobre los límites de una nueva estrategia discursiva. In José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*, Madrid / Frankfurt am Main, Iberoamericana / Vervuert, pp. 57-80, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4a ed., 2007 [1969].

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania –memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV: 15-43, 2007.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Eds.). *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica, 2002[1983].

LAGARES, Xoán Carlos. *Liberalismo lingüístico e nacionalismo espanhol*. Artigo no prelo.

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. Ideologías de la lengua española: realidade y ficción. In José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*, Madrid / Frankfurt am Main, Iberoamericana / Vervuert, pp. 143-161, 2007.

MAINGUENEAU, D. Para além dos termos pivô. In *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 3a ed., : 133-158, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. SP: Parábola, 2008.

QUESADA, E. El día de la raza y su significado en hispano-América. *Verbum - Revista del Centro de Estudiantes de Filosofía y Letras*, año XII, no 46: 7-20, oct. de 1918. Disponível em: http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/inibi_nuevo/verbum1918.htm Acessado em 30.08.2014.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação nacional de História – ANPUH, vol. 22, n. 44: 425-438, 2002.

SENZ, Silvia & ALBERTE, Montserrat . ‘Unifica, limpia y fija’ La RAE y los mitos del nacionalismo lingüístico español. In Silvia Senz y Montserrat Alberte (eds.) *El dardo en la Academia. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española* (vol. I), Barcelona, Melusina, pp. 157-314, 2011.

VALLE, José del. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. In José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*, Madrid / Frankfurt am Main, Iberoamericana / Vervuert, pp. 13-29, 2007.

VALLE, José del. La lengua, patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*, Madrid / Frankfurt am Main, Iberoamericana / Vervuert, pp. 31-56, 2007.

WOOLARD, Kathryn A. La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato. In José del Valle (ed.), *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*, Madrid / Frankfurt am Main, Iberoamericana / Vervuert, pp. 129-142, 2007.

NOTAS

1 De muito recente aquisição, esperamos avançar na leitura de DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983. O autor caracteriza certas

cerimônias sociais como uma teatralização de valores políticos (155). Avaliamos que esse viés pode contribuir para a pesquisa.

2 “A pequena família guineana: abordagem discursiva do continuísmo histórico num discurso pela independência”. In *Revista Gragoatá* nº 34. Niterói: Editora da UFF, p 331-341, 1º sem. 2013.

3 Como aponta Valle em “Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español” (2007: 40).